

O NORMAL E O ANORMAL NA CONSTRUÇÃO DAS SOCIEDADES DISCIPLINARES

¹Rodrigo Barchi

¹Universidade Ibirapuera
Av. Interlagos, 1329 – São Paulo

rodrigo.barchi@ibirapuera.edu.br

Resumo

Este ensaio teórico busca discutir o estabelecimento nas noções de normal e anormal na ciência moderna, e como que essas perspectivas foram essenciais na constituição e no estabelecimento das condutas nas sociedades modernas, se utilizando das instituições disciplinares, em especial, as escolas. Na primeira parte, o texto realiza uma discussão ao redor do paradigma, como impositivo de uma ciência normal no pensamento de Thomas Khun e Isabelle Stengers; na segunda parte, sobre o conceito do normal, é debatida a leitura que Michel Foucault realiza sobre a obra de Georges Canguilhem; em seguida, é discutida a passagem da noção de monstro para a noção de anormal, para distinguir os sujeitos que não se adequam aos padrões normativos das ciências modernas; e fechando o artigo, apresenta-se a leitura que Foucault realiza sobre a criação e instituição das instituições disciplinares, em especial, na obra de Jeremy Bentham

Palavras-chave: Paradigma; Normal; Anormal; Sociedades Disciplinares; Ciência Moderna.

Abstract: This theoretical essay search to discuss the establishment in the notions of normal and abnormal in modern science, and how these perspectives were essential in the constitution and establishment of conducts in modern societies, using disciplinary institutions, especially schools. In the first part, the text conducts a discussion around the paradigm, as an imposition of a normal science in the thought of Thomas Khun and Isabelle Stengers; in the second part, around the concept of the normal, Michel Foucault's reading on the work of Georges Canguilhem is discussed; then, the transition from the notion of monster to the notion of abnormal is discussed, in order to distinguish subjects that do not conform to the normative standards of modern sciences; and concluding the article, Foucault's reading on the creation and institution of disciplinary institutions is presented, especially in the work of Jeremy Bentham

Keywords: Paradigm; Normal; Abnormal; Disciplinary Societies; Modern Science.

1. A questão do paradigma

Afirmou Thomas Kuhn (1998, p. 29) que uma ciência normal é uma ciência baseada nas realizações da ciência que passou. São realizações que, ao serem relatadas em livros didáticos e manuais científicos, tornaram-se exemplares e, por terem sido sem precedentes e bem sucedidas, acabaram se tornando o *modus operandi* das ciências modernas. Ele adota o conceito de paradigma para definir um conjunto de exemplos na pesquisa científica, que envolvem lei, teoria, aplicação e instrumentalização, que passam a ser adotados como modelos para o pesquisador.

Na ciência normal, todo estudante aspirante a pesquisador precisa conhecer os paradigmas da ciência se quiser fazer parte dessa comunidade. São as regras e padrões, como modelos concretos, que farão com que esse estudante assuma ao mesmo tempo um comprometimento com a ciência com a qual se quer envolver, e se alinhe ao consenso presente sobre a viabilidade e permanência da prática científica. Kuhn (1998, p. 31) fala em gênese e continuação de uma tradição de pesquisa.

Um paradigma, de acordo com Kuhn, pode dar lugar a um novo paradigma quando um cientista, ou um grupo deles, produz uma nova técnica, síntese, teoria ou prática científica, fazendo com que o número de praticantes das perspectivas mais antigas se torne cada vez menor, e esse antigo paradigma se torne um novo passado.

Pelo fato de um novo paradigma dar uma definição mais recente, e exigir uma rigidez maior aos estudos, ou os pesquisadores mais antigos se adequam a ele, ou mantenham seu trabalho isolado. Ao usar como exemplo o paradigma elétrico de Benjamim Franklin, Kuhn afirma que a ciência se tornou eficiente – naquela perspectiva – no momento em que os pesquisadores unificaram e delimitaram suas preocupações, selecionando alguns fenômenos, criando instrumentos e sistemáticas específicas, excluindo ou deixando em um segundo plano qualquer outro fenômeno ou prática, aumentando a eficiência dos resultados (KUHN, 1998, p. 39).

O paradigma, para a ciência normal, é uma promessa de sucesso, que se concretiza cada vez que

uma pessoa é bem sucedida, ou não. Ele se mantém por ter tido muito mais êxito que os outros competidores, e os cientistas, de acordo com Kuhn, não são mais que os operadores de limpeza dessa ciência hegemônica, já que os cientistas não estão preocupados em criar novos paradigmas, devido justamente à confiabilidade no paradigma existente.

Por sua vez, afirma Stengers, que paradigma não significa necessariamente um dogmatismo, ou seja, uma norma sistematizada que anula a lucidez e o espírito crítico (STENGERS, 2002, p. 63). Ela explica que Kuhn, ao sugerir a noção de paradigma, sugere mais uma maneira de fazer ciência do que especificamente uma visão de mundo (STENGERS, 2002, p. 64).

Para a filósofa belga, quando Kuhn sugere o conceito de quebra-cabeças, ele o faz considerando que um cientista só o é como tal após ser avaliado e aprovado em um teste que é justamente resolver um problema utilizando o paradigma científico em evidência naquele momento. A competência de um cientista não é submetida à prova se ele não fizer os testes necessários para resolver alguma questão científica, sob os determinados critérios que só um paradigma é capaz de estabelecer. Portanto, não é o paradigma que é avaliado sob essa perspectiva, pois ele está amplamente aceito e instituído entre os cientistas como forma, justamente, de escolher quais são os mais aptos a entrar em um ramo científico ou grupo de pesquisa.

Diferente do que as perspectivas reducionistas de paradigma estabelecem como um simples reconhecimento dos fenômenos atrelados a um modelo unificado e autônomo de prática de pesquisa, o que motiva um cientista, para Stengers, é justamente: “uma paisagem acidentada, rica, de diferenças sutis a inventar, na qual o termo “reconhecer” nos remete não à constatação de uma semelhança, mas ao desafio de atualizá-la”. (STENGERS, 2002, p. 64)

Esse trabalho de atualização é necessário pelo fato de o paradigma ser constantemente mudado. Conforme as revoluções científicas se multiplicam e instalam novos paradigmas, novos desafios são criados e, mais do que um novo paradigma impregnar os fatos científicos de teorias, o que ele permite e promete é a criação de novos fatos científicos.

Quando Stengers propõe fazer um ajuste na

noção de paradigma de Kuhn, ela o articula a noção de acontecimento. Ao invés de entender a história das ciências como uma sucessão de revoluções contingentes – ou seja, como processos que ocorrem como um prolongamento da evolução monótona da ciência, abalada por momentos revolucionários – ela reivindica pensar o surgimento das ciências modernas como uma invenção (STENGERS, 2002, p. 90).

Stengers faz o ajuste na noção de paradigma de Kuhn recorrendo ao “caso Galileu”. Considerado como fundador da ciência moderna e ter estabelecido uma nova forma de verdade, o caso Galileu precisa, de acordo com a pensadora belga, ser ressignificado, reinterpretado e recomeçado para ser compreendido como um fato que singularize a ciência, e, consequentemente, possibilite outras compreensões acerca do debate sobre “o que é científico?”.

Discussão que estabelece uma relação de poder com a igreja, que a partir disso perde força e passa a aceitar suas respostas, inclinando-se também a responder se algo é científico ou não. Ciência que prova se uma santa realmente chora sangue ou não, ou que dará incontestável consistência à beatificação ou santificação de um de seus fiéis seguidores.

Mas, não é contra o poder romano/cristão que “surge” a ciência em Galileu, mas é a partir da questão “o que é a ciência” que ocorre o debate, e a relação de forças se torna evidenciada. A ciência surge, para Stengers, como um acontecimento singular, e que precisa dar as respostas para a definição ou não do que é científico. Esse é o motivo pelo qual há o grande esforço das epistemologias em estabelecer as normatizações nas quais essas ciências se definiriam, sobreviveriam e poderiam combater a ficção (STENGERS, 2002, p. 98).

Portanto, longe de suscitar um debate reducionista e estritamente dicotômico entre a ciência verdadeira e autônoma, e a ideologia de um poder que se utiliza da ciência para legitimar ainda mais sua hegemonia, Stengers sugere considerar como “uma operação política” na ciência a “totalidade dos discursos metodológicos graças aos quais os cientistas eliminam os rastros do acontecimento que lhes credita autoridade” (STENGERS, 2002, p. 130), ou seja, destruir o acaso, ou as indefiníveis conexões, fenômenos e discursos que possam destituir um fenômeno científico de

sua validade, a qual, muitas vezes, pode ressoar como um discurso metafísico e/ou mesmo – e é um conceito que vamos dar preferência daqui em diante – um discurso de plenitude (ALVES, 2010), ou seja, como uma prática discursiva mais globalizante e totalizante que dê conta de abrigar séries de multiplicidades, conexões, pontos e encontros em um discurso de universalidade.

Essa abordagem que Stengers realiza em relação ao surgimento das ciências modernas não ocorre sob uma perspectiva de poder atrelada à filosofia política tradicionalista, na qual existe o constante embate entre o bem e o mal, fugindo da concepção dialética platônica, ou dos debates hobbesianos e lockeanos sobre o estado de natureza. A filosofia política tradicional presente nos debates sobre o caráter da ciência se caracteriza justamente por diferenciar os atores qualificados e desqualificados, sendo esses últimos não tendo sido aceitos pelos poderes institucionalizados suas teorias e metodologias, ficando de fora, portanto, dos manuais científicos que tem sua popularização e circulação garantida nos espaços de aprendizado e desenvolvimento da ciência:

A hierarquia da paisagem dos conhecimentos científicos, o papel de modelo da conduta teórico-experimental, como também as estratégias de mobilização, que não cessam de selecionar o que se constitui na “boa” abordagem, o que se constitui na secundária “ainda não suplantada”, indicam que os desníveis de poder se estendem pelo terreno científico. Porém eles não são do âmbito exclusivo da ciência. Os desníveis também fazem rizoma. (STENGERS, 2002, p 153)

A questão é que o esforço para a legitimação do discurso científico atravessa tanto a história da ciência quanto a epistemologia (MACHADO, 1979, p. 41), e no esforço de aperfeiçoar cada vez mais a verdade produzida na ciência – de modo a manter um modelo científico vigente ou mesmo existente – mais normativa essa ciência precisaria se tornar.

Essa normatividade do discurso presente na história das ciências – que de acordo com Machado (1979) é uma história epistemológica – sugere uma homogeneidade, uma univocidade de compreensão dos fenômenos científicos e das formas de comprovação dos resultados científicos. Um relativismo feyeraben-

diano, ou um perspectivismo nietzscheano impedem que a ciência, ao mesmo tempo, mantenha e se imponha como uma conduta.

Sem essa conduta, uma verdade científica não pode ser estabelecida universalmente, assim como a existência de órgãos que mantêm o poder governamental perde a legitimidade, já que boa parte de seu convencimento está na garantia de melhor eficiência na conduta da vida de um território. Portanto, quanto mais eficiência se exige do conhecimento científico, mais normalização é imposta. E quanto mais científico se torna o cotidiano mais normalizado ele precisa estar, tanto devido ao uso dos bens de consumo quanto na resolução de problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais.

A norma

Antes de abordar o conceito de norma como estratégia e exercício de poder desenvolvido por Michel Foucault, é preciso esclarecer a influência recebida por ele dos trabalhos de Georges Canguilhem – seu orientador na tese sobre a loucura na idade clássica – sobre as noções de normalidade, normalização, normal e anormal. Foucault debate no curso *Os Anormais*, de 1975, e também em *Vigiar e Punir*, o estabelecimento do conceito de normalidade como forma de homogeneização das condutas dos sujeitos, de forma que eles se tornem aptos para o trabalho e para a obediência. A preocupação de Foucault em seus estudos sobre o poder e sua importância na formação dos sujeitos é, em grande parte, herança das observações e estudos de Canguilhem.

O trabalho de Canguilhem, ao se aprofundar no tema da normatividade, deu a Foucault ferramentas necessárias para desenvolver o conceito de normalização, o qual, na esfera dessa tese, ocupa vital importância, já que por intermédio dele é possível pensar em que tipo de indivíduo uma determinada perspectiva de educação ambiental institucionalizada está querendo desenvolver. E também, é possível pensar qual tipo de monstro e/ou anormal é construído sob uma determinada noção.

Canguilhem teve formação em filosofia e medicina, que lhe possibilitou discutir, em um trabalho de 1943 denominado *O normal e o patológico*, justamente os processos relativos à normatização das práticas científicas, e aquilo que foi constituído como an-

ormalidade. O texto de Canguilhem, de acordo com Peres e La Cruz (2009, p. 71), compartilha a dissidência de alguns trabalhos do século XIX, que não compartilhavam com as perspectivas da medicina de então, e afirmaram que o patológico não era mais que uma variação do normal.

A sugestão de Canguilhem em reconstruir seu passado, e não o passado de uma ciência, de certa forma até antecipa o debate feito por Prigogine, Stengers e Feyerabend em não buscar uma história normativa das ciências, mas uma história recorrente, “que se esclarece pela finalidade do presente, uma história que parte das certezas do presente e descobre, no passado, as formações progressivas da verdade”. (MACHADO, 2007, p. 44)

Não há busca de uma essência científica, ou de uma matriz modeladora dos padrões científicos, muito menos o resgate de uma definitiva verdade a respeito da história, dos mitos fundadores, ou do que é necessário para desenvolver e fazer ciência. Canguilhem pretende analisar quando e como a verdade e a normalidade científica foram criadas e institucionalizadas.

Em seu trabalho sobre o normal e o patológico nas ciências, afirma que o termo normal tem um caráter ao mesmo tempo cósmico e popular: se naturalizou na linguagem popular a partir do uso nas escolas e naquilo que ele chama de instituição sanitária. Sugere que as reformas hospitalares e pedagógicas que ocorreram em alguns países europeus no século XIX exprimam uma racionalização que levariam ao fenômeno da normalização, baseadas e influenciadas pela atividade industrial que começava a controlar a dinâmica econômica e política.

Existiu no século XIX, afirma Canguilhem, uma proliferação de normalidades tanto nas instituições, quanto nas ciências, quanto nos processos produtivos: seja a criação das escolas normais, quanto à via férrea normal, quanto o uso de instrumentos ou métodos pedagógicos e farmacêuticos. Há sempre a referência a uma norma “externa ou imanente” (CANGUILHEM, 1995, p. 211).

O normal pode ser exterior a um objeto, quando seu padrão de qualidade é classificado por terceiros. Ou ainda algo considerado como interno, desde que mantenha seu funcionamento regular é preservado,

como é caso da própria saúde humana. O normal, instaurado como uma regra que delimita, pode ser um ideal ou uma média estatística nas análises de casos (PERES e LA CRUZ, 2009, p. 71).

No caso da medicina, o estado normal do corpo é aquele que se deseja estabelecer, enquanto que uma anormalidade, ou uma anomalia, podem ser consideradas como deformidades nocivas e incompatíveis à qualidade de vida. Se a doença/patologia é considerada normal devido ao fato em que todos ficam doentes – estatisticamente falando – o anormal pode ser considerado também aquele que nunca fica doente (CANGUILHEM, 1995, p. 107)

Por sua vez, a norma é oriunda da palavra latina *normalis*, que significa perpendicular, ou seja, colocar em pé, endireitar. De acordo com Canguilhem:

“Normal”, normalizar, é impor uma exigência a uma existência, a um dado, cuja variedade e disparidade se apresentam em relação à exigência, como um indeterminado hostil, mais ainda do que estranho. (CANGUILHEM, 1995, p. 211)

A normalização, sendo uma “exigência coletiva” no que diz respeito às mais diversas atividades sociais, pode ser considerada como uma experiência antropológica e/ou cultural (CANGUILHEM, 1995, p. 215), sendo escolhida ou como uma preferência de um grupo social, ou como o desejo de substituição de algo insatisfatório por algo mais desejável, sendo, por isso, a expressão de uma relação de inversão e polaridade. A norma, ao estabelecer o que é o normal e o anormal, se propõe – e se impõe – como um unificador e absorvedor de diferenças, como uma referência e uma regulação.

Pode-se perceber, nos próprios estudos de Foucault, principalmente em *Vigiar e Punir* e *A Vontade de Saber* a grande influência de Canguilhem, principalmente quando usa a norma para explicar a eficiência no trabalho e produção industrial:

No sentido rigoroso e atual do termo, a normalização técnica consiste na escolha e na determinação da matéria, da forma, e das dimensões de um objeto cujas características passam a ser daí por diante, obrigatórias para a fabricação conforme. A divisão do trabalho obriga os empreiteiros a adotar uma homogeneidade de normas,

no seio de um conjunto técnico-econômica cujas dimensões estão em constante evolução, tanto em escala nacional quanto internacional. (CANGUILHEM, 1995, p. 219)

Ao fazer a análise sobre a normatização da produção industrial, Canguilhem afirma que somente ela seria capaz de promover uma eficiência e evitar uma “confusão de esforços” (CANGUILHEM, 1995, p. 217) ao estabelecer uma regularidade nos processos de montagem dos bens manufaturados. Nessa perspectiva, afirma também que a implantação de normas higiênicas ocorreu sob a argumentação que somente essa regularização é capaz de tornar eficazes as políticas de prevenção e cura de doenças.

A normatização, ao buscar a regularidade – seja na medicina, nas práticas escolares ou na produção econômica – sugere uma regulação, a qual, ao desejar que se prevaleça o espírito de conjunto chamado humanidade (CANGUILHEM, 1995, p.224), se faz predominantemente como uma regulação social. Regular a família, regular a cidade, regular a escola, regular a medicina, regular as práticas e, conseqüentemente, aquilo que é possível chamar de práticas ambientais.

É preciso, como afirma Canguilhem ao analisar o discurso da regulação social, integrar as partes diferentes da sociedade, de modo a torná-la seriada, unificada, normalizada, homogeneizada. É fazer dela um grande organismo na qual seja possível, a partir de uma regulação e normatização, identificar as doenças, as patologias, as anormalidades e monstruosidades.

Apesar da influência, de acordo com Peres e La Cruz (2009), Foucault guarda algumas divergências com o antigo mentor. Se, para Canguilhem, a normalidade faz do indivíduo alguém que possa ter plasticidade, inventividade e capacidade de subverter as normas impostas, Foucault afirma que a normalização/normatização presentes nas sociedades contemporâneas tem como intenção, justamente coibir e apagar qualquer possibilidade de resistência a esse processo (PERES e LA CRUZ, 2009, p 74). De acordo com Portocarrero (2004), o pensamento de Foucault permite tomar – ou deslocar – as noções de norma e normalização como “conceitos operatórios” para analisarmos situações específicas e singulares nos processos sociais contemporâneos.

No curso de 1975, Foucault sugere que o conceito de norma desenvolvido por Canguilhem se define pelo “papel de exigência e coerção que ela é capaz de exercer em relação aos dominós a que ela se aplica” (Foucault, 2001, p. 62), ou seja, se pretendendo ao poder, e um elemento no qual esse se encontra legitimado e fundado essa normalização, ao tentar estabelecer uma regularidade como forma de aumentar a produção econômica, melhorar a saúde dos indivíduos, aperfeiçoar o processo educativo/pedagógico, faz com que a repressão se torne secundária a um sistema que busca desenvolver mecanismos produtivos e criativos.

O conjunto disciplina-normalização (FOUCAULT, 2001, p. 64), ao estar ligado mais a um processo de transformação intervenção do que de rejeição e exclusão, faz com que aquilo que Foucault chama de “poder normativo” (FOUCAULT, 2001, p. 62) esteja conjugado à reprodução dos sujeitos no período estudado por Foucault, que sugere que esse poder normativo é estabelecido por diversas instituições de maneiras distintas, mas que estabeleceram uma soberania sobre as sociedades contemporâneas.

Para poder entender melhor o conceito de norma em Foucault, serão os dois momentos em que Foucault aprofunda seus estudos sobre a norma e a normalização. Primeiro, é preciso entender a normalização sexual explanada no curso *Os Anormais*, para depois discutir o conceito de sanção normalizadora no texto *Vigiar e Punir*.

O monstro e o anormal

O domínio da anomalia, de acordo com Foucault, é constituído por três figuras: o monstro humano, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora. Para os fins desse ensaio, de forma a justamente entender o exercício da anatomopolítica, nas instituições disciplinares, e que cuja noção foi desenvolvida por Foucault, vamos dar ênfase às duas primeiras figuras, ou seja, a polarização nas condutas e as práticas cotidianas dos indivíduos.

Afirma Foucault que a noção de monstro é uma noção jurídica, pois além do fato de ele violar as leis sociais, o monstro em si é uma violação das leis da natureza (2001, p. 69). Na realidade, o monstro é uma figura ambivalente, sendo ao mesmo tempo contra e fora da lei. Se por um lado, o monstro está fora da nor-

malidade que foi concebida como natureza, ao mesmo tempo ele é justamente “a forma natural da contranatureza”, ou seja:

É o modelo ampliado, a forma desenvolvida pelos próprios jogos da natureza, de todas as pequenas irregularidades possíveis. E nesse sentido, podemos dizer que o monstro é o grande modelo de todas as pequenas discrepâncias. (FOUCAULT, 2001, p. 71)

O monstro, da Idade Média ao século XVIII, se caracterizava pelo misto: entre os seres humanos e os animais, entre dois animais, entre dois sexos. É uma transgressão da lei natural que não pode ser compreendida e julgada pelo direito, que, ao emergir o monstro, não sabe o que fazer com ele. Não se sabe o que fazer juridicamente, com o hermafrodita e o siamês, a não ser julgá-los como obra de Satã e queimá-los (FOUCAULT, 2001, p. 64).

Talvez, o que mais caracterize um monstro, seja a sua total indefinição. Cabe aqui lembrar que Hardt e Negri (2005) afirmam, ao evocarem tanto a parábola do geraseno possuído pelos seis mil demônios quanto o clássico belíssimo *Os demônios* de Dostoievski (2007), que o assustador nos demônios sociais é justamente a sua capacidade de não ser definível, tanto numericamente, quanto qualitativamente. A diversidade da monstruosidade exige justamente que, talvez, a única forma de combatê-la seja sua definição, em um exercício de construção de saber que precisa ser incansável, pois ao contrário do desejo dos poderes soberanos, não há um inimigo unificado identificável, pronto para ter sua cabeça cortada, mas legiões que surgem das sombras, de modo inesperado, prontas a aterrorizar a vida social.

Se o monstro, até o século XIX, é o incorrigível, Foucault mostra que ele será, a partir de então, somente uma esquisitice, uma imperfeição ou um deslize natural. Se o monstro natural desaparece, o que surge então é o comportamento monstruoso. O monstro se expunha devido à sua criminalidade. De monstro natural, ele se transformava em monstro moral, que fere as leis civis, religiosas e naturais. Um monstro que, antes de ser punido, precisava ser analisado e avaliado.

O primeiro tipo de monstro que precisava ser entendido é aquele a quem Foucault chama de mon-

stro político (FOUCAULT, 2001, p 115). Poderia ser tanto o déspota, o rei tirânico que impõe seu regime de terror; o anarquista, o nômade não reconhecido pela sociedade; o pervertido sadeano; o monstro que pode vir de cima – o príncipe, o mau padre – ou de baixo – o homem da floresta, o bandido malvado à espreita na esquina.

Esse monstro rompe o pacto social, lesando a sociedade e a soberania. Monstro que, com o desenrolar das revoluções burguesas e a ascensão do capitalismo industrial, aos poucos seria minimizado e transformado apenas em uma simples anormalidade, cuja lógica e tática eram encaixadas à nova tecnologia de poder que despontavam nesse momento, que eram as disciplinas (FOUCAULT, 2001, p. 109), sobre as quais me dedicarei mais adiante.

Foucault sugere que, durante o século XIX, há uma passagem, na análise do monstro para o anormal, prevenção e combate à criminalidade. Ele utiliza como exemplo o caso de Henriette Cornier para identificar o processo que a psiquiatria percorreu para encontrar as causas do assassinato brutal que ela comete. Psiquiatria que, ao deslocar a grande besta deformada do início do século XIX – que cometia os crimes devido à sua natureza hedionda – para as inúmeras e pequenas perversões cotidianas, ligadas a um instinto matador, promete à sociedade uma proteção contra esses indivíduos que, uma vez liberados os instintos assassinos, precisam ser contidos e medicalizados, de forma que não mais perturbem a ordem estabelecida:

De fato, a partir do momento em que a psiquiatria adquire a possibilidade de referir qualquer desvio, anomalia, retardo, um estado de degeneração, vê-se que ela passa a ter uma possibilidade de ingerência indefinida nos comportamentos humanos. Mas dando-se o poder de passar por cima da doença, dando-se o poder de desconsiderar o doentio ou o patológico, e de relacionar diretamente o desvio das condutas a um estado que é ao mesmo tempo hereditário e definitivo, a psiquiatria se dá o poder de não procurar mais curar (FOUCAULT, 2001, p. 401-402).

A psiquiatria, ao sugerir-se a ciência de proteção da sociedade, da “proteção biológica da espécie humana” (FOUCAULT, 2001, p. 402), atinge tal importância que ela mesma pretende até ultrapassar a

justiça, pois se ela é capaz de identificar as patologias relacionando-as à hereditariedade, ela é capaz também de evitar os crimes antes de serem cometidos. Estabelece, assim, uma forma de racismo não racial e/ou não étnico, que serviria para defender a sociedade dos seus anormais, das suas bestas cotidianas.

A guerra da psiquiatria aos degenerados encontra na questão da sexualidade seu mais duro e empolgado combate. Desde a masturbação infantil, passando pelos desejos femininos pós-menopausa e as psiquiatrias, chegando até a separação dos corpos na residência, é necessário identificar e condenar como aberração todas as práticas ligadas ao prazer não-fecundativo. O instinto – no caso aqui, o sexual – é fadado a fugir da norma familiar, heterossexual e exogâmica, e é exatamente ele que deve ser controlado e eliminado, de forma a evitar bestialidades como o incesto, a homossexualidade, as perversões, o amor sexual pelos cadáveres e pelos animais, e a paixão pelos objetos inanimados:

Da pequena soberania da família à forma geral e solene da lei, a psiquiatria aparece agora, deve aparecer e deve funcionar como uma tecnologia do indivíduo que será indispensável ao funcionamento dos principais mecanismos de poder. Ela vai ser um dos operadores internos que vamos encontrar indiferentemente ou comumente em dispositivos de poder tão diferentes quanto a família e o sistema judiciário, na relação pais-filhos ou ainda na relação Estado-indivíduo, na gestão dos conflitos intra-familiares, assim como no controle ou na análise das infrações às proibições da lei. Tecnologia geral dos indivíduos que vamos encontrar afinal onde que haja poder: família, escola, fábrica, tribunal, prisão, etc (FOUCAULT, 2001, p. 350-351)

A análise desse desenho feito sobre a “selvageria bestial” é, de acordo com Foucault, de extrema importância para entender o processo de organização ou reorganização de um poder político e as suas regras de exercício. Mais do que a lei, a norma define a regra natural das condutas humanas. A normalização, como o campo teórico das ciências humanas (FOUCAULT, 1999, p. 45), acaba por se tornar, mais do que a lei, o exercício de poder por excelência. A geografia, a história, a sociologia e a psicanálise, ao definir a normalidade dos fenômenos e das condutas humanas, tornam-se a

fonte do conhecimento e das técnicas para a implantação daquilo que Foucault chama de “Sociedade de Normalização” (FOUCAULT, 1999, p. 46).

As disciplinas

Para compreender as tecnologias do poder promotoras de uma normalização dos corpos e das condutas, ele desenvolveu o estudo sobre o poder disciplinar em *Vigiar e Punir*. Durante a época clássica, afirma Foucault, houve uma descoberta do corpo, e seu registro foi feito tanto em uma perspectiva “anatomo-metafísica” – por Descartes, pela medicina e pela filosofia – quanto pela vertente técnico-política, através da regulamentação do corpo em operações militares, escolares e hospitalares. A ideia é que o corpo submetido seja um corpo dócil, passível de transformação e aperfeiçoamento (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Trata-se de dar utilidade cada vez maior ao corpo. A partir do momento em que o trabalha detalhadamente, exercendo uma coerção infinita e minuciosa, o que se quer desse corpo é uma otimização econômica, fazendo com que seus movimentos sejam extremamente eficazes. Os exercícios que fazem desse corpo ser otimizado, útil e dócil, a partir de uma sujeição constante de forças sobre ele, é aquilo que Foucault chama de disciplinas. Diferentes da escravidão, da dominação, da vassalagem obediente e do ascetismo renunciador, as disciplinas tendem a dar ao corpo uma força de trabalho ao mesmo tempo organizada e incapaz de qualquer modo de insurreição ou rebelião:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que nos mesmos mecanismos o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 1987, p. 119)

Longe de pensar em uma perspectiva ideológica que sugira entender aos dispositivos disciplinares como um movimento orquestrado de submissão aos poderes institucionalizados do Estado, Foucault sugere entender às disciplinas como movimentos diversos localizados em tempos distintos. Ao invés de ter surgido como uma fórmula mágica de dominação universal, a anatomia política disciplinar precisa ser entendida como:

Uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimo, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam uns sobre os outros, distinguem-se em seu campo de ampliação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo. Mais tarde, nas escolas primárias; investiram lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturam a organização militar. (FOUCAULT, 1987, p. 119)

O termo microfísica do poder aparece em *Vigiar e Punir* para definir justamente a minúcia das técnicas de disciplinarização do corpo. Para descrever esses arranjos corporais é preciso buscar, nos mais íntimos detalhes da formação do sujeito pelas instituições. E é dela que entende Foucault que tenha nascido o humano moderno.

Aliás, é necessário enfatizar a influência que o trabalho de Bentham exerce sobre a teoria disciplinar de Foucault principalmente no que diz respeito à marginalização e obscurecimento que a filosofia destinou ao conceito de espaço, em privilégio ao conceito de tempo (FOUCAULT, 2010, p. 112). Ou seja, para Foucault, Jeremy Bentham foi um dos pensadores mais influentes para nosso período, pois, a partir da elaboração do conceito do panóptico, propiciou o entendimento sobre a formação humana como poucos, de acordo com Foucault, haviam compreendido, já que Bentham calcula e organiza o espaço em seus mínimos detalhes para que esse seja devidamente otimizado na formação dos bons sujeitos sociais. Foucault chega a afirmar que Jeremy Bentham é mais importante até que Hegel para o pensamento contemporâneo.

Isso porque Bentham, de modo racional, geométrico e aritmético, formulou um tipo de instituição capaz de prover à sociedade a formação de seres humanos úteis. De acordo com Perrot, Bentham desejava que o panóptico não fosse pensado somente como um projeto de prisão modelo, capaz de recuperar, reintegrar e – na terminologia ecológica que acabou se disseminando no mundo do trabalho – reciclar os presos, mas como uma “solução econômica para os problemas do encerramento” (PERROT, 2008, p. 125). Antecessor da noção do Welfare State, o utilitarista Bentham

definia a utilidade como a submissão científica e calculada aos dois princípios que guiam a conduta dos indivíduos: evitar a dor e o livre prazer (PERROT, 2008, p. 129):

Não gozarás em vão! No alvorecer deste século em que se ergue a sinistra predição de Malthus, de um mundo ávido de pão, a semente não podia morrer. Nenhuma subsistência, nenhuma força devia se perder. Trata-se em força produtiva, palavras-chave desses tempos de desenvolvimento econômico, de produção de trabalho com o prazer e o sofrimento (PERROT, 2008, p. 129)

O projeto de Bentham tem a especificidade de inverter a lógica do poder de morte que esteve presente nas sociedades de soberania, fazendo com que todo o ataque contra o corpo fosse considerado como um ataque contra a própria sociedade e a economia. O corpo era para ser desenvolvido, utilizado e aperfeiçoado. O exercício disciplinar no interior do panóptico tinha a intenção de correção e produção, e não de vingança e obediência. Além disso, para Foucault, o panóptico demonstra bem a ideia na qual o poder não é exercido somente de um centro para as periferias (FOUCAULT, 2010, p. 117), já que, ao estar em um lugar privilegiado na observação de sua instituição, tanto o inspetor geral da prisão quanto o diretor da escola e do hospital estão amarrados a uma situação na qual os deixa submetidos a não-confiança em seus empregados e encarregados, que também são vigiados constantemente. Apesar do poder exercido dentro da instituição, ele não é pleno e absoluto, mas somente espacial e estratégico.

A disciplina, em primeiro lugar, é uma arte das distribuições (FOUCAULT, 2010, p. 121). Encarceram-se os vagabundos e miseráveis, interna-se as crianças e os jovens, fixa-se o exercício nos quartéis; e dentro de cada um dos espaços, há um lugar específico para cada um dos indivíduos. É necessário tornar tudo aquilo que é multiplicidade e pluralidade – ou seja, o monstruoso, o demoníaco – em corpos individualizados nos seus respectivos espaços, nos quais a força de trabalho é aperfeiçoada, avaliada, e cada vez mais otimizada.

É importante frisar aqui a diferenciação que Foucault estabelece entre essa unidade espacial e o conceito de território, pois se o último pode ser considerado o espaço ou a unidade de dominação, a instituição é a unidade do exercício disciplinar. Diferencia,

também, os conceitos de unidade disciplinar e de local, ou para as geografias, o lugar como o espaço de residência e de identidade. A disciplina faz com que a unidade seja exclusivamente considerada como nada mais que uma “posição na fila” (FOUCAULT, 1987, p. 125), sendo assim, uma distribuição dos corpos, fazendo com que eles possam “circular em uma rede de relações” (FOUCAULT, 1987, p. 125). Portanto, não é somente à obediência e à submissão que os corpos são sujeitados, mas existe uma rede de contatos – ou uma relação de forças, para não perder o caráter nietzscheano da análise – entre esses corpos que passa a ser reproduzida de maneira homogênea.

A disciplina também é um poder celular, pois age diretamente sobre a menor parte da sociedade, que é justamente o indivíduo. Ao transformar a multiplicidade em um arranjo organizacional produtivo, as disciplinas tornam tudo aquilo que para a governança e a lógica produtiva industrial era confuso, ocioso e aterrorizante em uma hierarquia funcional, controlada e regulada, sem necessariamente estabelecer um regime de terror ou opressão:

As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação de recortar segmentos individuais, e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais, pois que regem a disposição dos edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam-se sobre essa organização caracterizações, estimativas, hierarquias; a primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas (FOUCAULT, 1987, p. 126-127)

O tempo, por sua vez, se transforma no grande aliado das disciplinas, já que o controle das atividades se dá de maneira incisiva sobre o máximo de produção que pode ser realizado em cada vez menores faixas temporais. Desde o horário para o começo e o fim das atividades, passando pela elaboração minuciosa de cada ato produtivo e seu cada vez maior aproveitamento temporal, passando pelo exercício constante do ato

otimizado de produção (o exercício) até que se alcance uma situação em que o corpo seja a engrenagem do objeto, e vice-versa.

As disciplinas, para obter êxito, precisam ser enfáticas na arte do adestramento. Somente ele é capaz de impor às práticas cotidianas o aperfeiçoamento do corpo, tornando-o dócil, útil e produtivo, fazendo dele um instrumento do exercício do poder (FOUCAULT, 1987, p. 143). Vale lembrar que tornar dócil não significa necessariamente, como afirma Veiga-Neto (2007, p. 71), tornar obediente e sim, maleável. E não sob o uso de força, mas sob uma inserção do corpo no mundo a partir de uma diversidade de formas de saberes. Portanto, o sucesso dessas disciplinas ocorrerá, de acordo com Foucault, a partir do uso de três instrumentos “simples”.

O primeiro é um olhar ou uma vigilância hierárquica sobre o corpo-máquina, ou seja, um rígido controle do comportamento. Não é somente um controle sobre a aplicação de regulamentos, mas um exercício zeloso sobre as práticas produtivas na fábrica ou sobre os exercícios escolares. Se nas primeiras isso envolvia a contratação ou um treino especializado de operários da vigilância, nas escolas se promovia alguns alunos como monitores para fazer essa fiscalização e/ou a formação de novos educadores, os quais teriam treinamentos específicos em cada uma das funções escolares:

O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade. Funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um chefe, é o aparelho inteiro que produz “poder” e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. (FOUCAULT, 1987, p. 148)

O segundo instrumento é a sanção normalizadora. A vigilância só seria efetiva se for complementada por um sistema que puna os atrasos, ausências, interrupções ou rupturas no funcionamento da máquina. A penalização do mais ínfimo desvio da conduta é justamente a lubrificação que impediria qualquer emperramento ou trava do sistema dessa máquina. Mas o castigo, mais do que opressor e aterrorizador, é corretivo, somente um exercício de melhoria (FOUCAULT, 1987, p. 150), e a não punição, por si própria, se caracterizaria como uma gratificação, estabelecendo um

sistema hierárquico e classificador que garante privilégios ao corpo-máquina perfeito, e também permite que as peças ainda não ajustadas sejam devidamente aperfeiçoadas.

Ou seja, o binômio vigilância/punição nas disciplinas é o que mais se aproxima de uma prática normalizadora, que homogeneiza os corpos dóceis e úteis, excluindo as anormalidades e bestialidades. As disciplinas, ao pretender universalizar a escola e a saúde pública, além de submeter um grande número de indivíduos à prisão, aos hospícios e aos quartéis, se intencionam como as práticas que exorcizarão de uma vez – e de diversos modos – os espíritos malignos que povoam as sociedades, deixando-as cada vez mais fáceis de serem conduzidas e utilizáveis.

O terceiro e último instrumento disciplinar é o exame, sendo este a combinação da vigilância hierárquica e da punição normalizadora (FOUCAULT, 1987, p. 154). É onde se convergem as formas de aplicação do campo do saber e a forma de poder. O exame é o momento supremo da operação que aplica o saber a todo o exercício de poder:

Fala-se muitas vezes da ideologia que as “ciências” humanas pressupõem, de maneira discreta ou declarada. Mas sua própria tecnologia, esse pequeno esquema operatório que tem tal difusão (da psiquiatria à pedagogia, do diagnóstico das doenças à contratação de mão-de-obra), esse processo tão familiar do exame, não põe em funcionamento, dentro de um só mecanismo, relações de poder que permitem obter e constituir saber? O investimento político não se faz simplesmente ao nível da consciência, das representações e no que julgamos saber, mas ao nível daquilo que torna possível algum saber. (FOUCAULT, 1987, p. 154)

O exame, como a prática operatória de aplicação do saber, aliada ao exercício do poder disciplinar, permite que a vigilância se torne mais abrangente e a normalização mais efetiva. O exame, como ato ritualizado, faz com que o indivíduo avaliado torne-se o foco da visibilidade social – invertendo assim a lógica do soberano vigiado – responsável pela manutenção da qualidade de vida e do crescimento econômico. Como registro de absorção de saber desse indivíduo, permite que esse seja cada vez mais analisável, tanto em suas características singulares, quanto em sua evolução no

processo que o lhe homogeneiza e normaliza. E sendo cada indivíduo um caso específico, e devidamente documentado pelo exame, sua especificidade entra no rol dos registros/saberes que o poder necessita para manter sua eficácia no controle social e na expansão de riqueza.

Considerações finais

A vigilância, a sanção e o exame formam o eixo sobre o qual tenderam a ser construídas as sociedades disciplinares, e através desses três instrumentos é que essas sociedades tentaram implantar um amplo processo de normalização de condutas.

Promoveram uma anatomopolítica do corpo humano, estabelecida em uma série corpo-organismo-disciplina-instituições, sendo um conjunto de técnicas centradas no corpo individual, promovendo a violência, a separação, o alinhamento e colocação em série. A sujeição dos corpos foi “elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos e dos aparelhos de produção” (FOUCAULT, 1988, p. 132).

Porém, já em *A vontade de Saber*, Foucault afirmava que essa sociedade disciplinar passaria a ter, a partir do século XIX, a companhia de outra forma de poder chamada biopolítica. Anos depois, Deleuze, em um fulminante texto chamado “Post-Scriptum sobre as sociedades de controle”, (DELEUZE, 1992) elaboraria o conceito de sociedades de controle para analisar a biopolítica foucaultiana. Nessas sociedades do controle, os indivíduos não seriam mais controlados por espaços fechados e auto-regulações, de forma a obedecer a determinadas normas condutivas, individuais e coletivas. Seriam controlados pela própria regulação de mercado, que faria com que esses indivíduos se mantivessem subservientes ao jogo social ao se submeterem à lógica de consumo e eterno endividamento.

Essa transformação ocorre justamente quando há a passagem dos processos produtivos da Segunda para a Terceira Revolução Industrial, a qual, em seu just-in-time toyotista, não precisa mais dos sujeitos formados de modo robótico e homogeneizador das instituições disciplinares, mas justamente, dos seres humanos que se adequaram ao convite do rompimento da disciplina, tanto ao recusarem o trabalho industrial como forma de ganhar pão, quanto ao adotarem, de bom grado, a nova dinâmica do capital, que exige a

flexibilidade, a disponibilidade e a versatilidade dos trabalhadores, que de empregados, passaram a ser colaboradores.

Nesse sentido, por exemplo, é justamente ao entender a criação das instituições disciplinares – como a escola – e sua utilidade ao tipo de produção vigente em determinada época, é que poderá se compreender, com a devida pertinência e profundidade, a crise e o sucateamento que essas mesmas instituições vem passando, por não mais atenderem às necessidades da produção capitalista. A qual, cada vez mais, se indispõe com o modelo escolar, por esse não conseguir mais oferecer a mão de obra adequada que ampliará a expansão desse capital.

Por sua vez, a questão que fica em aberto é se a escola - e as outras instituições disciplinares - não atende mais à perpetuação e fortalecimento do capitalismo contemporâneo, elas servirão às perspectivas que julgam o capitalismo como o principal causador, tanto das desigualdades sociais quanto da destruição ambiental, e utilizarão, em especial, as instituições escolares para resistir aos efeitos nefastos de que acusam o capitalismo? Ou será necessário reinventar essas instituições, em especial a escola, para que elas possam contribuir com a construção de sociedades mais igualitárias, justas e ambientalmente suportáveis, sem necessariamente se submeterem tanto ao jugo dos poderes disciplinares, quanto ao exercício exclusivo de dominação e exploração capital?

Referências Bibliográficas

ALVES, Karina. M. C. V. Formação Discursiva da Plenitude em Educação: uma Arqueogenealogia das Novas Sensibilidades Eco-pedagógicas. In: 33a. Reunião Anual da Associação Brasileira de Educação - ANPED, 2010, Caxambu - MG.

BENTHAM, Jeremy et al. O panóptico. Organização de Tomaz Tadeu. Trad. Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008

CANGUILHEM, Georges. O Normal e o Patológico. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octávio Ferreira Barreto Leite. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro: Ed.

34, 1992.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. Os demônios. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. 34, 2004

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Trad. Raquel Ramalheite. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Trad. José Augusto Guilhom Albuquerque e Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Os anormais: curso no College de France (1974-1975). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. Repensar a Política. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos e Escritos: VI)

HARDT, Michael e NEGRI, Antônio. Multidão: Guerra e Democracia na era do Império. Trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. Trad. Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. 5 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MACHADO, Roberto. Foucault, a ciência e o saber. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

PERROT, Michelle. O inspetor Bentham. In BENTHAM, Jeremy et al. O panóptico: organização de Tomaz Tadeu. Trad. Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008

PÉREZ, Maria Luisa Bacarlett; LA CRUZ, Amalia María Lechuga de. Canguilhem y Foucault: Le la normatividad a la normalización. Ludus Vitalis. 2009, Vol. 17 Issue 31, p. 65-85.

PORTOCARRERO, Vera. Instituição Escolar e Normalização em Foucault e Canguilhem. Educ. Real. Porto Alegre, v. 29, n. 1, jan-jun. 2004. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe-realidade/article/view/25424/14750>>. Acesso em 27 out 2011.

STENGERS, Isabelle. A invenção das ciências modernas. Trad. Max Altman. São Paulo: Ed. 34, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault e a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.